



JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

TERMO DE REFERÊNCIA N. 0847275/CJF

Área Requisitante: Assessoria de Comunicação Social (ASCOM)

Responsável pela demanda: Ana Cristina Machado da Rosa

Matrícula: 1056

E-mail: anacristina.rosa@cjf.jus.br

Telefone: 3022-7070

SERVIDOR RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DOS ESTUDOS PRELIMINARES, DO GERENCIAMENTO DE RISCOS E DO TERMO DE REFERÊNCIA

Equipe: Despacho (id. 0730175)

1 – OBJETO

1.1 Definição do objeto, nos termos do art. 6º, inciso XXIII, alínea “a e c”, da Lei 14.133/2021 e do art. 12, inc. I, da Portaria CJF n. 232/2023.

1.1 A definição do objeto a ser contratado, que envolve:

1.1.1 Da descrição da solução como um todo, considerado o ciclo de vida do objeto:

a) Da solução:

Prestação de serviços contínuos especializados de comunicação institucional (jornalistas, radialistas e publicitários), executados com gestão estratégica e supervisão exercidas por servidores do CJF/Enfam e execução operacional sob responsabilidade da empresa contratada, **em regime de dedicação exclusiva de mão de obra** que ficará à disposição do órgão, sendo:

Tipo de serviço	Salário	Quantidade de Postos	Valor unitário por posto	Quantidade de Profissionais por posto	Valor Mensal (R\$)	Valor Anual (R\$)	Valor Global (60 meses)
		(A)	(B)		(C) = (A) x (B)	(D) = (C) x 12	(E) = (C) x 60
Coordenador de Jornalismo - 5x2 - 40 horas semanais	R\$ 10.992,47	01	R\$ 26.700,96	01	R\$ 26.700,96	R\$ 320.411,53	R\$ 1.602.057,66
Mídias Sociais - 5x2 - 30 horas semanais	R\$ 9.418,41	01	R\$ 23.077,56	01	R\$ 46.155,12	R\$ 553.861,40	R\$ 2.769.306,98
Jornalista Produtor 5x2 - 30 horas semanais	R\$ 8.344,59	01	R\$ 20.605,68	06	R\$ 123.634,09	R\$ 1.483.609,06	R\$ 7.418.045,28
Repórter Fotográfico- 5x2 - 30horas semanais	R\$ 7.169,31	01	R\$ 17.900,25	02	R\$ 35.800,50	R\$ 429.605,97	R\$ 2.148.029,87
Editor de Pós-produção - 5x2 - 30 horas semanais	R\$ 8.706,40	01	R\$ 22.457,43	01	R\$ 22.457,43	R\$ 269.489,16	R\$ 1.347.445,80
Operador de Câmera UPE - 5x2 - 30 horas semanais	R\$ 8.165,61	01	R\$ 21.218,98	01	R\$ 21.218,98	R\$ 254.627,76	R\$ 1.273.138,80
Auxiliar de Operador de Câmera - 5x2 - 30 horas semanais	R\$ 4.634,83	01	R\$ 13.091,31	01	R\$ 13.091,31	R\$ 157.095,72	R\$ 785.478,60
Webdesigner - 5x2 - 40 horas semanais	R\$ 6.576,99	01	R\$ 16.246,80	01	R\$ 16.246,80	R\$ 194.961,60	R\$ 974.808,00
Designer Gráfico - 5x2 - 30 horas semanais	R\$ 7.127,80	01	R\$ 17.514,73	02	R\$ 35.029,46	R\$ 420.353,55	R\$ 2.101.767,73
TOTAIS	---	09		16	R\$ 340.334,65	R\$ 4.084.015,75	R\$ 20.420.078,72
			ENFAM	3	R\$ 59.111,61	R\$ 709.339,34	R\$ 3.546.696,70
			CJF	13	R\$ 281.223,03	R\$ 3.374.676,41	R\$ 16.873.382,02

a.1) O descritivo de cada atividade a ser executada e os perfis dos profissionais estão descritos no caderno técnico - ANEXO I, constante deste Termo de Referência.

b) Do ciclo de vida: a avaliação do ciclo de vida não se aplica, em sentido estrito, a contratações que envolvem exclusivamente serviços. Para serviços, deve-se adotar critérios de sustentabilidade alocados nas obrigações contratuais, nas especificações e na habilitação, o que será indicado no tópico a seguir.

c) Dos critérios de sustentabilidade: foram inseridas as seguintes condições no item 8 deste TR: (i) promover a capacitação dos profissionais alocados no contrato, no prazo de 03 meses, sobre práticas de sustentabilidade voltadas à redução de consumo de energia, água e resíduos, salvo se comprovar que os empregados foram atualizados (capacitados) no tema, nos últimos 06 meses; (ii) encaminhar comprovação da ação educacional prevista no inciso anterior, seja por certificado ou outro meio idôneo; (iii) conhecer, e dar conhecimento aos empregados, o Plano de Logística Sustentável do órgão, para promover maior alinhamento às práticas internas. Em decorrência, foi incluído, como ANEXO V, o Plano de Logística Sustentável (PLS) do CJF, reforçando a aderência da contratação às diretrizes de sustentabilidade fixadas pelo Conselho Nacional de Justiça, situação que se replica para a ENFAM.

d) Do sistema de cotas: considerando tratar-se de serviço contínuo com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, ainda abordando o tema de sustentabilidade, no eixo social, é necessário tratar do sistema de cotas, especialmente pelas alterações incorporadas pelas novas Resoluções do CNJ, vejamos:

Tipo de Cota	Norma Geral	Justificativa	Forma de comprovação

Pessoas egressas do Sistema Prisional:	Resolução n. 307/2019 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ	<p>Nos termos do art. 11, inciso III, da Resolução nº 307/2019 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, as contratações de serviços terceirizados sob o regime de dedicação exclusiva de mão de obra devem observar a política de reserva, mínima, de 4% (quatro por cento) das vagas para pessoas egressas do sistema prisional e/ou cumpridoras de penas alternativas.</p> <p>Não obstante a relevância da política de empregabilidade de pessoas egressas do sistema prisional, cumpre ressaltar que o objeto desta contratação envolve atividades diretamente ligadas à comunicação institucional, tais como jornalismo, produção e apoio técnico especializado. Tais funções pressupõem acesso direto a informações e cobertura de atos e pronunciamentos de membros da alta Administração, incluindo Ministros e representantes do Estado, de modo que os profissionais contratados, em diversas ocasiões, lidam com dados e conteúdos de natureza sensível. Trata-se, portanto, de atividade estratégica, contínua e essencial à preservação da imagem institucional.</p> <p>Embora a diretriz de reintegração social seja meritória e aplicável a outras hipóteses de contratação pública, no caso concreto verifica-se que as atribuições da área de comunicação demandam elevado grau de responsabilidade.</p> <p>Diante desse contexto, a EPAC manifesta-se pela não aplicação da cota ao presente contrato.</p>	Não há.
Cláusula de paridade de gênero:	Resolução n. 540/2023 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ	Com base na Resolução nº 540/2023 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que estabelece as diretrizes para a promoção da paridade de gênero nos contratos administrativos, especialmente nas contratações que envolvem a Dedicação Exclusiva de Mão de Obra (DEMO), a contratada deverá garantir a paridade de gênero nas condições de trabalho e nas funções executadas no âmbito deste contrato, assegurando a igualdade de oportunidades para homens e mulheres, com especial atenção à eliminação de práticas discriminatórias e à promoção da inclusão da mulher no mercado de trabalho.	No item 8 deste Termo, foi incluída, como obrigações da contratada, o fomento a ações de equidade e integridade e não obrigatoriedade da paridade (assegurar oportunidade de igualdades).

1.1.2 Quantidades e unidades de medida utilizadas para o serviço:

1.1.2.1 Conforme quadro do subitem 1.1.1, alínea a, em razão das manifestações dos integrantes requisitante e técnico, foi solicitada a justificativa para a manutenção dos postos atuais e sobre o pedido de acréscimo, o que foi realizado junto ao (id. 0755796).

1.1.2.2 O quantitativo da ENFAM foi justificado conforme documento (id. 0765109).

1.1.3 Natureza do bem ou serviço e, em caso de serviços contínuos, justificativa que demonstre sua essencialidade e habitualidade:

1.1.3.1 O objeto é caracterizado como serviço contínuo, uma vez que visa atender a uma necessidade prolongada do CJF, conforme disposto na Instrução Normativa CJF n.º 12/2022, art. 5º, inc. III, XXVI, XXX, XXXI. A habitualidade de obtenção das informações relevantes para a atuação do Judiciário, da Justiça Federal, sobre o próprio Conselho e seus membros deve ser mantida de forma ininterrupta, tendo em vista que, diariamente, surgem novos fatos que impactam as atividades institucionais e exigem análise e posicionamento adequados. Esse fluxo constante de atualizações possibilita decisões mais assertivas, além de eventuais respostas imediatas em casos de menções ao CJF na mídia. No caso da Enfam, a ordenadora de despesas indica a mesma necessidade habitual.

1.1.3.2 Ademais, **trata-se de um serviço comum** haja vista que as características das atividades são padronizadas pelas categorias profissionais e bem delimitadas neste termo de referência, o que dispensa especificações técnicas complexas ou desenvolvimento exclusivo para atender às necessidades do CJF e da ENFAM, atendendo o disposto no inc. XIII do art. 6º da Lei n.º 14.133/2021.

1.1.3.3 O desempenho será avaliado com base em critérios de IMR, conforme ANEXO II. Já a qualidade será medida pela confiabilidade das fontes, relevância e atualidade das informações e trabalhos finais realizados, também mensurados no IMR, quando, por exemplo, tratar de serviço de designer. Esses são exemplos das exigências que servirão de base para a avaliação e recebimento dos serviços.

2. Fundamentação da contratação, nos termos do art. art. 6º, inciso XXIII, alínea “b”, da Lei 14.133/2021 e do art. 12, inc. II, da Portaria CJF n. 232/2023

2.1 Fundamentação da contratação, com indicação expressa dos seguintes requisitos:

2.1.1 Motivação da contratação:

2.1.1.1 A solução adotada para a presente contratação foi previamente estudada e fundamentada no Estudo Técnico Preliminar (ETP), documento no qual foram analisados os cenários disponíveis, os riscos envolvidos e as técnicas de gestão de riscos aplicáveis no âmbito do CJF, validadas pela ENFAM. O presente item busca, portanto, motivar a necessidade institucional da contratação e a definição das categorias profissionais a serem alocadas, sem repetir a análise técnica já realizada no ETP.

2.1.1.2 A contratação tem por finalidade assegurar o cumprimento das atribuições institucionais da Assessoria de Comunicação Social (ASCOM) do Conselho da Justiça Federal (CJF), bem como da ENFAM, diante da crescente complexidade e do volume das demandas relacionadas à comunicação pública, à publicidade institucional e à produção radiofônica e audiovisual.

2.1.1.3 A ASCOM desempenha papel estratégico na interlocução do CJF com a sociedade e com os diversos públicos da Justiça Federal, exigindo estrutura profissional especializada e permanente para garantir qualidade, tempestividade e uniformidade às ações de comunicação. Não existem, contudo, nos quadros da carreira da Justiça Federal, cargos específicos de jornalistas, radialistas e publicitários. Por essa razão, faz-se necessária a contratação de empresa especializada, que disponibilize profissionais em regime de dedicação exclusiva e atuação presencial, sob coordenação dos servidores responsáveis.

2.1.1.4 A justificativa para a definição da quantidade de postos observa, além da força de trabalho atualmente contratada, a manifestação da Chefe da Assessoria de Comunicação (id. 0755796), os trabalhos realizados nos últimos anos (id.0756660), bem como a comparação com a estrutura de comunicação de outros órgãos da Administração Pública (id. 0763727).

2.1.1.5 Registra-se que a fundamentação relativa à adoção do regime de dedicação exclusiva de mão de obra, bem como a análise dos riscos envolvidos e o devido tratamento, segundo as técnicas de Gestão de Riscos instituídas pelo CJF, constam do Estudo Técnico Preliminar (ETP), razão pela qual não se reproduzem neste item.

2.1.1.6 Assim, a presente contratação revela-se necessária para assegurar a adequada execução das atribuições da ASCOM, garantindo a continuidade, a eficiência e a efetividade das ações de comunicação institucional do CJF.

2.1.2 Contratações similares realizadas pela Administração Pública:

2.1.2.1 Durante a elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP), procedeu-se à análise de contratações similares realizadas por órgãos da Administração Pública com estrutura, finalidade e atividades correlatas às do Conselho da Justiça Federal. O objetivo foi verificar tendências no modelo de execução dos serviços de comunicação, a adoção ou não de postos de trabalho específicos, bem como a manutenção do regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o que se confirmou com a análise dos seguintes contratos:

- STF - Contrato n. 126/2023 - Vigência: 31/01/2026 (3º TA)
- STF - Contrato n. 007/2023 - Vigência: 31/01/2026 (3º TA)
- CNJ - Contrato n. 007/2022 - Vigência: 15/02/2026 (9º TA)
- TSE - Contrato n. 031/2022 - Vigência: 18/04/2027 (5º TA)
- TSE - Contrato n. 042/2020 - Vigência: 04/08/2025 (10º TA)
- STJ - Contrato n. 078/2022 - Vigência: 02/02/2026 (2º TA)
- STJ - Contrato n. 001/2024 - Vigência: 19/01/2026 (3º TA)
- Senado Federal - Contrato n. 193/2023 - Vigência: 14/11/2025 (2º TA)
- Senado Federal - Contrato n. 066/2022 - Vigência: 16/05/2026 (6º TA)
- Câmara dos Deputados - Contrato n. 078/2024
- Câmara dos Deputados - Contrato n. 122/2021 - Vigência: 31/08/2025

2.1.3 Justificativa para a fixação de salários acima do piso de determinadas categorias:

2.1.3.2 Segundo o referido Acórdão, admite-se, em caráter excepcional, a fixação de salários acima do piso da categoria, desde que observados os seguintes requisitos:

Acórdão n. 2.101/2020 - Plenário:

- **9.2.2.1.** A necessidade de fixação de salários superiores deve estar devidamente fundamentada em **estudos e pesquisas de mercado**, considerando objetivamente a complexidade das atividades e as **aptidões necessárias** ao seu exercício;
- **9.2.2.2.** Deve ser realizada **pesquisa de preços** demonstrando que os valores propostos são compatíveis com aqueles praticados em serviços de complexidade similar, vedada a utilização exclusiva de contratos anteriores da própria instituição como parâmetro comparativo.

2.1.3.3 Dessa forma, passamos a avaliar cada um dos pontos exigidos pelo TCU:

Da complexidade das atividades e aptidões necessárias:

O integrante técnico responsável procedeu a análise dos Códigos Brasileiros de Ocupações (CBOs) referentes às categorias cujos salários atualmente superam o piso, a exemplo do CBO 2611-25 (Coordenador Jornalista). No documento (id. 0754842), foram descritas e avaliadas as complexidades e características inerentes às funções, demonstrando que as atribuições exigidas pelo CJF e pela ENFAM demandam nível de responsabilidade e qualificação superior àquelas usualmente consideradas para a fixação do piso salarial da categoria. Tal estudo indica que não seria adequado limitar o pagamento ao piso convencional, sob pena de desconsiderar as especificidades da atuação requerida pelo órgão.

Da pesquisa de preços no mercado:

Além da análise funcional, foi realizada pesquisa de contratos celebrados por diversos órgãos da Administração Pública, com destaque para aqueles firmados no âmbito do Poder Judiciário, dada a similitude de suas finalidades institucionais com as do CJF. Esses contratos envolvem atividades análogas, marcadas por exigências específicas como a linguagem jurídica, a necessidade de sigilo das informações e a manutenção da qualidade técnica da comunicação institucional. Isso indicado pelos integrantes técnicos e requisitantes, assegura a legitimidade de salários acima do piso, no entendimento do TCU.

2.1.3.4 Ressalte-se que na manifestação técnica constante do id. 0754840, foram utilizadas as convenções coletivas vigentes à época da instrução. Todavia, após sua finalização, novas convenções foram publicadas. Esse fato, contudo, não altera o resultado da análise, uma vez que os contratos tomados como parâmetro sofrerão, igualmente, os mesmos reajustes considerados pelo integrante para simular o valor de mercado dos salários.

2.1.3.5 Cumpre observar que a finalidade da pesquisa não foi propriamente a **definição do valor de salários**, mas a verificação quanto à aderência dos salários atualmente praticados pelo CJF, já atualizados pelas convenções, aos valores de mercado. O resultado confirmou que os salários pagos pelo órgão encontram-se em conformidade com a prática adotada em outros contratos públicos de natureza similar.

2.2 Objetivos a serem alcançados:

2.2.1 Com a contratação dos serviços especializados de jornalistas, radialistas e publicitários, serão alcançados, pelo menos, os seguintes objetivos:

- a) Aprimoramento da comunicação institucional: assegurar que o CJF disponha de profissionais qualificados para produzir, revisar e difundir conteúdos oficiais com precisão técnica e linguagem adequada ao contexto jurídico, fortalecendo a credibilidade e a transparência da instituição.
- b) Gestão estratégica da informação: viabilizar a cobertura e o acompanhamento tempestivo das ações do CJF, do Sistema de Justiça Federal e de temas correlatos, permitindo o gerenciamento eficiente da comunicação social, com especial atenção à preservação do sigilo e à correta interpretação das informações.
- c) Integração de múltiplas mídias: garantir a produção de conteúdos em diferentes formatos (texto, áudio, vídeo e peças publicitárias), de modo a atender às demandas de comunicação interna e externa, bem como às exigências contemporâneas de difusão digital e multiplataforma.
- d) Profissionalização das ações de publicidade e radiodifusão: estruturar campanhas institucionais e materiais de divulgação com base em técnicas modernas de publicidade e marketing público, alinhadas às boas práticas de gestão de imagem e reputação.
- e) Suporte técnico às unidades internas: fornecer apoio especializado às áreas estratégicas do CJF, por meio da elaboração de peças gráficas, coberturas de eventos, produções audiovisuais e suporte em comunicação digital, viabilizando a execução de projetos institucionais.

2.3 Benefícios diretos e indiretos da contratação:

2.3.1 Benefícios Diretos:

- a) Qualidade técnica e padronização: a atuação de profissionais especializados assegura a uniformidade da linguagem institucional, reduz falhas de comunicação e garante maior qualidade técnica na produção de conteúdos.
- b) Agilidade na resposta institucional: a presença de equipe dedicada permite pronta resposta a demandas emergenciais de comunicação, gerenciamento de crises e atualização constante dos canais oficiais do CJF.
- c) Eficiência operacional: a centralização das atividades de jornalismo, publicidade e radiodifusão em um único contrato reduz fragmentações, otimiza o uso de recursos e garante maior previsibilidade na execução dos serviços.
- d) Atendimento às demandas de sigilo e especificidade jurídica: profissionais dedicados asseguram o devido cuidado com informações sensíveis e a adequada tradução

da linguagem jurídica para a sociedade, evitando ruídos de interpretação.

2.3.2 Benefícios Indiretos:

- a) Fortalecimento da imagem institucional: a produção de conteúdos de alta qualidade, com linguagem acessível e consistente, contribui para consolidar a reputação do CJF junto ao público interno e externo.
- b) Apoio ao desenvolvimento sustentável: a comunicação eficaz sobre os projetos e resultados do CJF favorece a transparência, a prestação de contas e a difusão de boas práticas, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).
- c) Valorização da cidadania e da transparência pública: a contratação proporciona maior clareza e acessibilidade das informações institucionais, aproximando a sociedade das ações do Sistema de Justiça Federal.
- d) Inovação na comunicação pública: o uso de técnicas de publicidade, jornalismo digital e radiodifusão permite ampliar o alcance da mensagem institucional, estimulando maior engajamento dos públicos estratégicos e fortalecendo o papel do CJF como referência em comunicação no Poder Judiciário.

2.4 Fundamento legal, mencionando a legislação correlata:

- Lei n. 14.133/2021
- Lei nº 8.213/1991
- Resolução CNJ n. 347/2020, alterada pela Res. n. 637/2025
- Resolução CNJ n. 400/21, alterada pela Res. n. 641/2025
- Resolução CNJ n. 497/2023
- Resolução CNJ. n. 637/2025
- Resolução CNJ n. 651/2025
- Resolução CNJ n. 641/2025
- Resolução CNJ n. 307/2019
- Resolução CNJ n. 540/2023
- Portaria CJF n. 232/2023
- Instrução Normativa SEGES/ME n. 65/2021
- Decreto n. Decreto nº 11.174/2024
- Instrução Normativa SEGES/MGI nº 176/2024
- Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU
- Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 7, de 20 de setembro de 2018: Altera a Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional
- Acórdão TCU nº 1.977/2013 - Plenário: Trata da empreitada por preço global e empreitada por preço unitário.
- Acórdão n. 2.101/2020 – Plenário.

3. Formas e critérios de seleção do fornecedor, nos termos do art. 6º, inciso XXIII, alíneas “a e b”, da Lei 14.133/2021 e do art. 12, inc. III, da Portaria CJF n. 232/2023

3.1 Das formas e critérios de seleção do fornecedor, especificando:

3.1.1 Da modalidade de licitação e do critério de Julgamento:

3.1.1.1 Em atenção ao disposto no inc. XLI do art. 6º da Lei n. 14.133/2021 e no art. 3º da Instrução Normativa n. 73/2022 do Executivo Federal, adotada oficialmente por este CJF nos termos da Portaria n. 231/2023, e considerando tratar-se de serviço comum, a modalidade de licitação adequada é o pregão, preferencialmente na forma eletrônica, em razão da viabilidade de ampliar a competição, a despeito do presencial.

3.1.1.2 Não obstante, o critério de julgamento que melhor se amolda às características do mercado e da presente contratação é o menor preço. Considerados o Estudo Técnico Preliminar e a justificativa para a não adoção do parcelamento do objeto, conclui-se pelo critério de julgamento do MENOR PREÇO GLOBAL, solução que se mostra adequada e proporcional.

3.1.1.3 Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, as licitantes, nem suas propostas, deverão indicar os sindicatos, acordos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão os serviços, bem como as respectivas datas-bases e vigências dos acordos coletivos, considerando a Classificação Brasileira de Ocupações - CBO indicada neste termo de referência para os profissionais.

3.1.2 Das alíneas “c, d, f e i”, do inciso III, art. 12, da Portaria CJF n. 232/2023:

3.1.2.1 Não se aplicam:

- **Alínea d** - Amostras, prova de conceito etc: considerando tratar-se de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, não há que falar em prova de conceito.
- **Alínea f** - Margem de preferência: o serviço não resulta de desenvolvimento e inovação tecnológica, nos termos do regulamento do Executivo Federal (Decreto n. 11.890/2024), adotado oficialmente por este CJF nos termos da Portaria n. 231/2023.
- **Alínea i** - Participação de Cooperativas: considerando que o objeto desta licitação enquadra-se expressamente dentre aqueles previstos na Cláusula Primeira do Termo de Conciliação Judicial celebrado entre o Ministério Público do Trabalho e a União, homologado pela 20ª Vara do Trabalho do Distrito Federal, impõe-se observar que referido Termo veda a contratação de trabalhadores, por intermédio de cooperativas de mão de obra, para a execução de atividades-fim ou atividades-meio que, pela própria natureza, demandem subordinação na relação prestador-contratada. É exatamente o caso do serviço ora licitado, que requer **habitualidade** (cumprimento da jornada no âmbito do CJF), características que configuram relação de emprego entre a contratada e os prestadores dos serviços.
 - Ademais, o art. 5º da Lei nº 12.690/2012 dispõe que a Cooperativa de Trabalho não pode ser utilizada como instrumento de intermediação de mão de obra subordinada. De igual modo, a Instrução Normativa SEGES nº 05/2017, recepcionada pela Lei nº 14.133/2021, por meio da IN SEGES/MGI nº 98/2022, e plenamente aplicável à presente contratação, orienta que:

Art. 10. A contratação de sociedades cooperativas somente poderá ocorrer quando, pela sua natureza, o serviço a ser contratado evidenciar: I - a possibilidade de ser executado com autonomia pelos cooperados, de modo a não demandar relação de subordinação entre a cooperativa e os cooperados, nem entre a Administração e os cooperados.

- **Alínea g** - Formação de Consórcio: não se verifica histórico que demonstre a necessidade de constituição de consórcio para a execução dos serviços ora licitados, ainda que envolvam três categorias profissionais distintas. O objeto não apresenta solução complexa elevada que justifique a reunião de empresas em regime de responsabilidade compartilhada, razão pela qual não será admitida a participação de consórcios nesta licitação.
 - Conquanto a opção pelo consórcio seja uma faculdade discricionária da Administração, essa escolha se legitima apenas sob certas circunstâncias, quando necessário aumentar a competitividade do certame em face da complexidade do objeto ou das circunstâncias do mercado. Ocorre que, no caso vertente, não se

fazem presentes essas duas premissas: complexidade dos serviços pretendidos - se parcelados, conforme preconiza a lei - e peculiaridades do mercado. TCU. Acórdão 2395/2010 - Plenário.

3.1.3 Da manifestação sobre a eventual inaplicabilidade do tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, nas hipóteses do art. 10 do Decreto n. 8.538, de 6 de outubro de 2015:

3.1.3.1 Em uma primeira análise, não há impedimento legal para que empresas atuantes no objeto da contratação sejam **Microempresas (ME)** ou **Empresas de Pequeno Porte (EPP)**, desde que atendam ao critério objetivo de faturamento anual (até R\$ 4,8 milhões, nos termos da LC nº 123/2006). O enquadramento depende exclusivamente da receita bruta anual e não do ramo de atividade. Assim, mesmo agências de publicidade, escritórios de jornalismo ou pequenas rádios podem se enquadrar como ME/EPP.

3.1.3.2 Apesar de juridicamente possível a realização de certame com cota reservada à ME e EPP, nos termos do art. 9º do Decreto nº 8.538/2015, cumpre destacar que essa não é a solução mais adequada ao caso concreto.

3.1.3.3 A pesquisa realizada em órgãos da Administração Pública – STF, CNJ, TSE, STJ, Senado Federal e Câmara dos Deputados – revelam que as empresas efetivamente participantes dos respectivos certames já se encontram consolidadas e, em razão da sua própria atuação continuada, encontram-se desenquadradas dos limites de faturamento fixados para ME e EPP. Tal realidade foi igualmente observada no certame passado do CJF, em que as empresas concorrentes, pela capacidade técnica exigida e pelo porte das contratações que já executam, não se enquadram mais na definição de micro ou pequenas empresas.

3.1.3.4 Há ainda a inviabilidade técnica de fragmentação do objeto, visto tratar-se de serviço integrado, composto por categorias profissionais que atuam de forma sinérgica (jornalistas, radialistas e publicitários), exigindo coordenação unitária para atender às demandas institucionais. Qualquer tentativa de pulverização artificial, com vistas a atrair ME/EPP, potencializaria risco à execução contratual, afrontando os princípios da eficiência, economicidade e padronização previstos na Lei nº 14.133/2021.

3.1.3.5 Assim, revela-se juridicamente viável o afastamento da exclusividade de que trata o art. 9º do Decreto nº 8.538/2015, por meio da aplicação do art. 10 do mesmo diploma, em razão das condições específicas do objeto e da realidade de mercado aferida. Dessa forma, preserva-se a isonomia entre potenciais licitantes, evita-se risco de execução e garante-se à Administração a seleção da proposta mais vantajosa, em consonância com os princípios da legalidade, eficiência e competitividade.

3.1.4 Das exigências, devidamente justificadas, quanto às qualificações técnico-operacional, técnico-profissional e econômico-financeira:

3.1.4.1 Da Habilitação técnica-operacional:

3.1.4.1.1 A empresa licitante deverá apresentar atestado de capacidade técnica ou certidão emitida por entidade da Administração Pública Federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, e/ou por empresa privada, que comprove experiência mínima de 3 (três) anos de atuação no mercado relacionado ao objeto desta licitação e que tenha gerido, no mínimo, 08 (oito) postos de trabalho.

3.1.4.1.2 Para fins de validação, poderão ser solicitadas informações que permitam aferir a legitimidade dos atestados apresentados, tais como cópia do contrato que deu suporte à execução, endereço atual da contratante e local de efetiva prestação dos serviços.

3.1.4.1.3 Registre-se que as exigências referentes: (i) à experiência mínima de 3 (três) anos no mercado e (ii) à gestão de, no mínimo, 08 (oito) postos de trabalho; embora complementares, não se sobrepõem nem se excluem, pois avaliam competências distintas. A primeira afere a estabilidade e a vivência da empresa no mercado; a segunda, sua capacidade de gestão de pessoas e de absorção dos custos administrativos mínimos inerentes à prestação dos serviços, independentemente do número total de postos. Nesse sentido, veja-se o voto no Acórdão TCU n. 8.364/2012 (2ª Câmara), também referido no Acórdão TCU n. 1.214/2013 (Plenário).

3.1.4.1.4 Cumpre salientar que a Administração Pública vem enfrentando dificuldades recorrentes na execução de contratos de terceirização, por vezes culminando em descontinuidade dos serviços, prejuízos aos trabalhadores e potenciais danos ao erário, considerando os contornos da responsabilidade subsidiária delineada na Súmula 331-A do TST. A experiência administrativa e a jurisprudência citada indicam que as exigências ora propostas não restringem indevidamente a competitividade; ao contrário, visam mitigar riscos inerentes.

3.1.4.1.5 Ademais, a Lei n. 14.133/2021 incorporou tais diretrizes e conferiu suporte normativo à inserção desses requisitos, amparando o primeiro no §5º do art. 67 e o segundo no §2º do mesmo dispositivo. A necessidade de ter executado os serviços em período de 03 anos, encontra amparo no §5º e se demonstra totalmente compatível para o que se quer tutelar (proteger) no CJF e na ENFAM, haja vista que, como indicado no ETP, este Conselho já passou por não cumprimento de obrigações trabalhistas pela empresa, sem capital para manter o contrato e gerir sua mão de obra.

3.1.4.1.6 Por fim, quanto ao § 1º do art. 67, ressalta-se que, embora a contratação envolva três categorias profissionais, a execução, conforme delineado no Estudo Técnico Preliminar, é integrada: as atividades de produção jornalística, edição, redação, divulgação em mídias sociais e elaboração de peças gráficas e de design são sinérgicas e interdependentes. A relevância técnica, portanto, decorre do conjunto dos postos, cuja atuação coordenada é essencial para o adequado cumprimento do objeto contratual.

3.1.4.1.7 Da soma de atestado: ademais, admite-se a soma de atestados para a comprovação de que a empresa tenha gerido, no mínimo, 08 (oito) postos de trabalho.

3.1.4.2 Da Habilitação técnica-profissional:

3.1.4.2.1 Para a habilitação técnica-profissional, o inciso III do art. 67 restringe sua exigência à: indicação do pessoal técnico, instalações e aparelhamento adequado e disponível para a realização do objeto da licitação, *bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica* que se responsabilizará pelos trabalhos. Para tanto, serão exigidas formações e experiências mínimas, mas somente para apresentação no momento da execução contratual, e não como condição de habilitação, por entender que as condições não se enquadram em caráter habilitatório. Tais condições constam do ANEXO 1.

3.1.4.3 Da Habilitação econômico-financeira:

3.1.4.3.1 Nos termos do inciso I a V do art. 3º da Instrução Normativa CJF n. 15/2023, serão avaliadas:

I – Balanço Patrimonial (BP) e Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativos aos dois últimos exercícios sociais, assinados pela ou pelo representante legal e pela ou pelo contabilista responsável, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, extraídos do livro diário, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

V – Certidão Negativa de Falência e Recuperações Judiciais, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. A certidão negativa de recuperação judicial é exigível por força do art. 69, inciso II, da Lei n. 14.133/2021, porém a certidão positiva não implica a imediata inabilitação, cabendo ao CJF realizar diligências para avaliar a real situação de capacidade econômico-financeira, mediante, inclusive, a apresentação do plano de recuperação aprovado e homologado judicialmente, com a recuperação já deferida.

3.1.4.3.2 Ademais, nos termos da Seção II, do Capítulo IV da Instrução Normativa CJF n. 15/2023, serão avaliados, considerando tratar-se de serviço de natureza contínua com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, os seguintes indicadores para fins de habilitação econômico-financeira:

I – liquidez geral (LG), liquidez corrente (LC) e solvência geral (SG) superiores a um;

II – patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado para 12 (doze) meses da contratação, quando qualquer um dos índices de Liquidez Geral, Liquidez Corrente ou Solvência Geral for igual ou inferior a 1, devendo a comprovação ser feita mediante apresentação do balanço indicado no inciso I do art. 3º;

III – capital circulante líquido ou capital de giro (ativo circulante – passivo circulante) de, no mínimo, 16,66% do valor estimado da contratação, nas contratações conforme o art. 8º, inciso I.

3.1.5 Justificativa técnica da necessidade de realização de vistoria prévia, conforme o caso, bem como os procedimentos pertinentes:

3.1.5.1 Não há condição específica que demonstre a imprescindibilidade de realização de vistoria, que a torne compulsória nos termos do §2º do art. 63 da Lei de Licitações, para uma inabilitação no caso de não realização pelas licitantes interessadas. Assim, faculta-se a realização da vistoria, podendo a licitante optar substituí-la por declaração formal assinada pelo responsável da empresa acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

3.1.5.2 Não obstante, considerando que os postos de trabalho irão utilizar equipamentos do próprio CJF ou da ENFAM, a empresa deverá assinar termo de cautela dos equipamentos. Em razão disso, a não realização da vistoria, nos equipamentos, não poderá ser avocada para desqualificar qualquer dano por parte de seus empregados.

4. Prazo de vigência do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação, acompanhada da devida, nos termos do art. 6º, inciso XXIII, alíneas “a”, da Lei 14.133/2021 e do art. 12, inc. IV, da Portaria CJF n. 232/2023

4.1 O prazo de vigência do contrato será de 05 (cinco) anos, a contar da assinatura, sendo admitida sua prorrogação nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

4.1.1 Para conferir legitimidade à fixação do prazo inicial de 05 anos, é necessário observar os requisitos do art. 106 da Lei nº 14.133/2021, que assim dispõe:

Art. 106. A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes:
I - a autoridade competente do órgão ou entidade contratante deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;
II - a Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;
III - a Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

4.1.2 Observa-se que somente o inciso I configura requisito vinculado à fase de planejamento, ao passo que os incisos II e III são de observância durante a fase de execução contratual. No caso concreto, tratando-se de contratação de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, sem fornecimento de equipamentos, uniformes, materiais ou EPs, a aferição da vantagem econômica prevista no inciso I se concentra na possibilidade de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro. Esse equilíbrio – garantia constitucional que deve ser preservada – decorre, exclusivamente, da atualização salarial e de seus reflexos em razão dos acordos coletivos atualizados anualmente. Assim, a vantagem econômica da contratação plurianual reside justamente na objetividade e na previsibilidade dos reajustes, dispensando, portanto, novas pesquisas de mercado para fins de atualização. Ressalte-se, ainda, que a construção do valor segue o microsistema da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 05/2017, no qual, tanto uma nova licitação quanto a renovação anual, tenderiam a reproduzir os mesmos custos já pactuados, acrescidos do ônus administrativo de se repetir o certame a cada exercício.

4.1.3 Por esse motivo, entende-se que há vantagem econômica em firmar o contrato pelo prazo inicial de 60 (sessenta) meses. Ademais, eventuais riscos de manutenção de contratos desvantajosos estão mitigados pelos comandos dos incisos II e III do art. 106, que exigem o ateste anual de créditos orçamentários e da vantajosidade, bem como permitem à Administração extinguir o contrato, sem ônus, sempre que tais pressupostos deixarem de ser atendidos.

4.1.4 Quaisquer outras condições e previsões contratuais relativas à vigência devem ser incorporadas na minuta contratual, pela equipe responsável pela sua elaboração, e não no Termo de Referência.

5. Valor estimado da contratação, especificando os preços unitários e valores máximo global e mensal, conforme o caso, nos termos do art. 6º, inciso XXIII, alíneas “I”, da Lei 14.133/2021 e do art. 12, inc. V, da Portaria CJF n. 232/2023

5.1 O montante apurado no documento id.0812732 foi calculado com fundamento na Planilha Formadora de Custos prevista na Portaria CJF nº 168/2025, a qual, em síntese, adapta o modelo constante do microsistema da Instrução Normativa nº 05/2017, do Executivo Federal, resultando no valor de:

CJF: R\$ 3.374.676,41 (anual)
ENFAM: R\$ 709.339,34 (anual)
Total: R\$ 4.084.015,75 (anual)

Tipo de serviço	Salário	Quantidade de Postos (A)	Valor unitário por posto (B)	Quantidade de Profissionais por posto	Valor Mensal (R\$) (C) = (A) x (B)	Valor Anual (R\$) (D) = (C) x 12	Valor Global (60 meses) (E) = (C) x 60
Coordenador de Jornalismo - 5x2 - 40 horas semanais	R\$ 10.992,47	01	R\$ 26.700,96	01	R\$ 26.700,96	R\$ 320.411,53	R\$ 1.602.057,60
Mídias Sociais - 5x2 - 30 horas semanais	R\$ 9.418,41	01	R\$ 23.077,56	01	R\$ 46.155,12	R\$ 553.861,40	R\$ 2.769.306,40
Jornalista Produtor 5x2 - 30 horas semanais	R\$ 8.344,59	01	R\$ 20.605,68	06	R\$ 123.634,09	R\$ 1.483.609,06	R\$ 7.418.045,68
Repórter Fotográfico- 5x2 - 30horas semanais	R\$ 7.169,31	01	R\$ 17.900,25	02	R\$ 35.800,50	R\$ 429.605,97	R\$ 2.148.029,84
Editor de Pós-produção - 5x2 - 30 horas semanais	R\$ 8.706,40	01	R\$ 22.457,43	01	R\$ 22.457,43	R\$ 269.489,16	R\$ 1.347.444,80
Operador de Câmera UPE - 5x2 - 30 horas semanais	R\$ 8.165,61	01	R\$ 21.218,98	01	R\$ 21.218,98	R\$ 254.627,76	R\$ 1.273.131,20
Auxiliar de Operador de Câmera - 5x2 - 30 horas semanais	R\$ 4.634,83	01	R\$ 13.091,31	01	R\$ 13.091,31	R\$ 157.095,72	R\$ 785.478,40
Webdesigner - 5x2 - 40 horas semanais	R\$ 6.576,99	01	R\$ 16.246,80	01	R\$ 16.246,80	R\$ 194.961,60	R\$ 974.808,00
Designer Gráfico - 5x2 - 30 horas semanais	R\$ 7.127,80	01	R\$ 17.514,73	02	R\$ 35.029,46	R\$ 420.353,55	R\$ 2.101.767,40
TOTALS	---	09		16	R\$ 340.334,65	R\$ 4.084.015,75	R\$ 20.420.077,60
			ENFAM	3	R\$ 59.111,61	R\$ 709.339,34	R\$ 3.546.636,08
			CJF	13	R\$ 281.223,03	R\$ 3.374.676,41	R\$ 16.873.380,80

5.2 De modo a estabelecer um parâmetro para as despesas obrigatórias e respectivos benefícios dos postos de trabalho, utilizou-se as Convenções Coletivas de Trabalho:

- Jornalistas: Convenção Coletiva n. DF000390/2025.
- Radialistas: Convenção Coletiva n. DF00091/2025.
- Publicitários/designers: Convenção Coletiva n. DF000259/2025-2026 (não homologada, mas utilizada para formar o custo, em razão do que já decidiu a ASJUR nos autos SEI n. 0003572-30.2020.4.90.8000, id. 0678754, apesar de posicionamento contrário da integrante administrativa, ressalte-se.

5.2.1 Estando o instrumento coletivo com vigência expirada na data de divulgação da licitação, os licitantes poderão adotar a pesquisa de preços constante no Termo de

Referência (TR) para a formulação de suas propostas, elaborada conforme os parâmetros estabelecidos pela Instrução Normativa Seges/MP n.º 5/2017.

5.2.2 No caso de homologação de nova convenção, os licitantes deverão cotar seus preços com base na pesquisa de preços do TR/Edital, sendo assegurada a repactuação dos preços, nos termos previstos deste Termo de Referência.

5.2.3 No Submódulo 2.1 da planilha de custo e formação de preços, constam as alíquotas referentes aos benefícios de 13º salário (8,33%) e adicional de férias (2,78%), seguindo os percentuais indicados na IN 5/2017. Não foi prevista alíquota de férias (8,33%), pois a contratação tem vigência superior a doze meses, com possibilidade de prorrogações. Dessa forma, o valor previsto no submódulo 4.1 (alínea A) referente ao custo do profissional ausente na cobertura de férias pode ser utilizado também para cobrir o custo de férias remuneradas, se for o caso.

5.2.4 No Submódulo 2.2 da planilha de custo e formação de preços, a alíquota do RAT Ajustado (RAT x FAP) foi estimada em 3%, conforme as orientações da Nota Explicativa na planilha de formação de custo e preço.

5.2.5 No Módulo 6 da planilha de custo e formação de preços, para os custos de tributação, utilizaram-se as alíquotas do Lucro Real, mas as licitantes devem utilizar seus custos de tributação.

5.2.6 A licitante deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos."

6. Possibilidade de reajustamento em sentido estrito, quando não houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, com previsão do índice a ser adotado, nos termos do art. 92, inciso V, da Lei 14.133/2021 e do art. 12, inc. VI, da Portaria CJF n. 232/2023.

6.1 Após o interregno de um ano, contado da estimativa de valores, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante negociação entre as partes, tendo como referência o limite máximo a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo/IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE. Tal parâmetro justifica-se pela ausência de índice específico aplicável ao objeto, uma vez que, de antemão, não se identificam insumos passíveis de reajuste além daqueles disciplinados nos instrumentos coletivos de trabalho.

6.1.1 Não obstante, observa-se que determinados custos previstos em convenções coletivas (a exemplo de auxílios e seguros) não acompanham necessariamente um percentual para reajuste no instrumento coletivo, impondo à empresa contratada a necessidade de adequar tais despesas conforme as regras de mercado, como ocorre, por exemplo, nas condições aplicáveis a seguros de vida. Dessa forma, a presente cláusula não tem por finalidade fixar um índice obrigatório de reajuste, mas, sim, estabelecer um limite de referência a ser observado nas negociações, cabendo a definição concreta em função da natureza de cada custo incidente durante a execução contratual.

6.2 No primeiro reajuste, as partes observarão para que o percentual a ser aplicado não seja superior à variação acumulada, no período compreendido entre o mês do orçamento estimado, que foi realizado em **setembro de 2025**, e aquela em que se verificar o mês anterior ao aniversário do orçamento.

6.3 Os reajustes seguintes serão calculados considerando-se a variação acumulada dos 12 (doze) últimos meses anteriores ao último efeito financeiro.

6.4 Caso o índice estabelecido para delimitar o reajustamento dos preços seja extinto ou, de qualquer forma, não possa mais ser utilizado para esse fim, as partes desde já concordam que em substituição seja adotado o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice para delimitar o reajustamento dos preços.

6.5 Incumbe à empresa a apresentação do pedido de reajuste acompanhado da respectiva memória de cálculo, a qual, após análise e aprovação pelo CJF, redundará na emissão do instrumento pertinente ao reajuste contratual.

7. Da repactuação, considerando o regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

7.1 O preço do contrato será repactuado, para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, mediante demonstração analítica da variação dos custos contratuais, com data vinculada:

- a) à da apresentação da proposta, para custos decorrentes do mercado;
- b) ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual a proposta esteja vinculada, para os custos de mão de obra.

7.2 A repactuação deverá observar o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data do orçamento a que a proposta se referir ou da data da última repactuação. *O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-bases destes instrumentos, conforme art. 135, inciso II, da Lei n. 14.133/2021."*

7.3 Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

7.4 A Administração não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

7.5 A repactuação para fazer face à elevação dos custos da contratação, respeitada a anualidade disposta no item anterior e que vier a ocorrer durante a vigência do contrato, é direito da empresa e não poderá alterar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme estabelece o art. 37, inciso XXI, da Constituição da República Federativa do Brasil, sendo assegurado à empresa o recebimento de pagamento mantidas as condições efetivas da proposta.

7.6 A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajuste dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

7.7 A repactuação, em razão de novo acordo, dissídio ou convenção coletiva, deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.8 Disposições previstas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos aplicáveis exclusivamente aos contratos com a Administração Pública não vinculam o contratante.

7.9 As repactuações serão precedidas de solicitação da empresa, acompanhada de demonstração analítica da variação dos custos, por meio da apresentação da planilha de custos e formação de preços, ou do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.10 A empresa deverá solicitar a repactuação a partir da homologação do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, até a data da prorrogação contratual subsequente ou até o término do contrato, caso não haja prorrogação.

7.10.1 Caso a empresa não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão desse direito.

7.11 É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

7.12 A decisão sobre o pedido de repactuação deverá ser proferida no prazo máximo de **60 (sessenta) dias**, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de

variação dos custos.

7.13 Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação a que se refere a alínea “b” do item 7.1 poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das categorias envolvidas na contratação.

7.14 Na hipótese de iminente prorrogação do contrato, não havendo decisão sobre o pedido até a assinatura do termo aditivo respectivo, a empresa deverá consignar expressamente o seu direito nesse instrumento.

7.15 O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a empresa não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo contratante para a comprovação da variação dos custos.

7.16 O contratante poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela empresa.

7.17 Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

- a) a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;
- b) em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações;
- c) em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, convenção ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, hipótese em que poderá ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, bem como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

7.18 Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.19 As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer tempo, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

7.20 A empresa contratada para a execução de remanescente de serviço terá direito à repactuação nas mesmas condições e prazos a que fazia jus a empresa anteriormente contratada, devendo seus preços ser corrigidos antes do início da contratação, conforme determina o art. 90, § 7º, da Lei n. 14.133/2021.

7.21 As repactuações poderão ser formalizadas por meio de apostilamento e não poderão alterar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, ocasião em que deverão ser formalizadas por aditamento.

7.22 Em decorrência da variação anual do Fator Acidentário de Prevenção – FAP (Decreto nº 6.957/2009), a empresa deverá apresentar, com o pedido de repactuação, a documentação comprobatória acerca da alteração ou manutenção da alíquota do FAP.

7.23 O valor do aviso prévio trabalhado, referente ao término de vigência do contrato, corresponderá a sete dias não trabalhados, representado pelo percentual de 23,33% (7/30 x 100) para o período de 12 (doze) meses, ou seja, 1,94% ao mês, a ser aplicado sobre a remuneração do profissional alocado no respectivo posto de trabalho, observada a legislação trabalhista e a Lei nº 12.506, de 11 de outubro de 2010.

7.24 Após os primeiros 12 (doze) meses o percentual de 1,94% passará para 0,194%, nos termos do Acórdão nº 1186/2017 – TCU Plenário, devendo a rubrica referente à multa do aviso prévio trabalhado, já paga ou amortizada no primeiro ano da contratação, ser eliminada como condição para a renovação.

8. Modelo de execução do objeto, contendo os seguintes itens, nos termos do art. 6º, inciso XXIII, alíneas “e”, da Lei 14.133/2021 e do art. 12, inc. VIII, da Portaria CJF n. 232/2023

8.1 - Dinâmica de execução do objeto, com definição de prazos específicos:

Do local e condição dos profissionais:

8.1.1 Os serviços serão executados conforme as atividades constantes do ANEXO I, observando-se a seguinte dinâmica:

8.1.2 A execução dos serviços ocorrerá de forma presencial, nas dependências do CJF, situado no SCES, Trecho 03, Lote 09, Polo 08 – Brasília/DF, de modo que os recursos alocados deverão obedecer aos horários de funcionamento da instituição, bem como nas dependências da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM, conforme indicação de cada órgão.

Da carga horária e serviços extraordinário e externo:

8.1.3 A jornada diária dos cargos de Coordenação de Jornalismo e de Webdesigner será de 8 (oito) horas, devendo ser cumprida entre 7h e 21h, com intervalo mínimo de 1 (uma) hora de descanso, perfazendo 40 horas semanais. Os demais, será de 6 (seis) horas, perfazendo as mesmas condições de horário e intervalo, com o total de 30 horas semanais.

8.1.4.1 A jornada de trabalho diária poderá ser estendida, dentro dos limites estipulados pela legislação e convenções coletivas das categorias, com a realização de serviços em horas suplementares às inicialmente contratadas, mediante prévia autorização do órgão, com consequente compensação de horas (banco de horas), a fim de equilibrar o excesso de horas realizadas em um dia pela correspondente redução em outro, inclusive quando realizado fora de Brasília-DF.

8.1.4.2 O excesso de horas trabalhadas será compensado dentro do mesmo mês de referência ou, quando da impossibilidade, dentro do mês subsequente, ou ainda de acordo com o disposto em Convenção Coletiva, de modo a possibilitar o controle individual do saldo do banco de horas, bem como o acesso e acompanhamento do saldo por parte do empregado.

8.1.4 No caso de serviço realizado fora de Brasília, conforme indicado no item 5.7 do ETP, por demanda interna do CJF, os custos serão dispendidos na forma da Resolução CJF n. 564 de 2024. Caso a Enfam tenha regramento paritário, poderá ser avocado.

8.1.5 O horário de intervalo para repouso e alimentação será realizado de acordo com as normas trabalhistas vigentes e com o que indicar a Convenção da respectiva categoria.

8.1.6 Os trabalhadores disponibilizados pela contratada realizarão suas atividades laborais sob orientação técnica dos servidores públicos designados pelo acompanhamento e fiscalização, observadas as exigências e obrigações estabelecidas neste Termo de Referência, especialmente as referentes ao cumprimento dos requisitos de jornada e horários de trabalho, acesso a sistemas informatizados, programas, normas e regras de ética, segurança e sigilo.

Da preferência do período de férias quando da ausência de expediente no órgão:

8.1.7 As férias deverão ser marcadas pela empresa, preferencialmente, entre 20 de dezembro e 31 de janeiro ou entre 1º e 31 de julho, período de recesso forense do órgão.

8.1.7.1 Quando, por necessidade do serviço, as férias não puderem ser usufruídas nos períodos inicialmente previstos, deverão ser remarcadas para outro período.

8.1.7.2 Em caso de afastamento por férias, a empresa deverá comunicar formalmente o órgão com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data prevista para o início do gozo.

8.1.7.3 A empresa deverá apresentar ao órgão o plano anual de férias dos profissionais alocados nos postos de trabalho, a fim de permitir a avaliação quanto à continuidade dos

serviços.

Da substituição dos postos que não atendam as especificações, no período de férias e demais ausências legais:

8.1.8 O CJF reserva-se o direito de não exigir substituição dos postos em casos de ausências legais, licenças de curto prazo ou afastamentos decorrentes de doença quando, em razão da substituição, não houver possibilidade de continuidade dos trabalhos por profissional que não esteja acompanhando ordinariamente as atividades.

8.1.9 Na hipótese prevista no item anterior, o montante mensal a ser pago à empresa será objeto de glosa, no respectivo mês, da quantidade de dias sem cobertura, conforme indicado na cláusula de pagamento, subitem 10.6 da Cláusula Décima, considerando que é a prática adotada no órgão para posto não coberto (faltoso).

8.1.10 O CJF reserva-se, igualmente, o direito de exigir a substituição dos empregados que não atendam ou que comprometam, quando da execução do objeto contratual, o bom andamento das atividades estabelecidas.

8.1.10.1 A substituição deverá ser feita por profissionais de experiência equivalente ou superior ao substituído, nos termos do art. 67, § 6º da Lei n. 14.133/2021.

8.1.10.2 A substituição deverá ocorrer no prazo máximo de 2 (duas) horas, a partir do horário de início do expediente do prestador. Caso o funcionário da empresa não seja substituído no prazo estipulado, será realizada a glosa em fatura posterior emitida pela empresa, correspondente aos dias não trabalhados pelo faltoso, sem prejuízo de aplicação de penalidade prevista neste Termo de Referência e no Contrato.

Da medição de resultados:

8.1.11 A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no ANEXO II, para aferição da prestação dos serviços, o qual contemplará:

8.1.11.1 A quantidade mínima aceitável para os serviços contratados;

8.1.11.2 Os critérios e indicadores para a avaliação e medição dos resultados entregues, que deverão considerar a natureza do objeto e os resultados pretendidos pelo demandante, com indicadores relacionados à qualidade dos serviços entregues;

8.1.11.3 Os testes ou avaliações objetivas a serem feitas pelo fiscal e sua periodicidade;

8.1.11.4 Os parâmetros para a aferição do valor a ser pago, que deverá ser proporcional aos resultados medidos, observando-se em especial que:

8.1.11.5 As adequações nos pagamentos estarão limitadas a uma faixa específica de tolerância, abaixo da qual o fornecedor se sujeitará ao redimensionamento no pagamento e às sanções legais, se for o caso;

8.1.11.6 Na determinação da faixa de tolerância de que trata o item anterior, considerar-se-á a importância da atividade, com menor ou nenhuma margem de tolerância para as atividades consideradas relevantes ou críticas; e

8.1.11.7 O não atendimento das metas, por ínfima ou pequena diferença, em indicadores não relevantes ou críticos, a critério do fiscal e do gestor, poderá ser objeto apenas de notificação nas primeiras ocorrências, de modo a não comprometer a continuidade da contratação.

8.1.12 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à não conformidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a empresa:

8.1.12.1 Não produziu os resultados acordados, nas demandas mensais;

8.1.12.2 Deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

8.1.12.3 Deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.1.13 A glosa do pagamento pelo descumprimento do instrumento de medição de resultado não se confunde com penalidade contratual.

8.1.14 O percentual máximo de glosa a ser indicado para adequação do pagamento deve atender aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, não devendo ser superior a 5% (cinco por cento) da base de cálculo definida, salvo em situações excepcionais e justificadas.

8.1.15 Uma vez ultrapassado o limite de que trata o item anterior, poderá ser aplicada penalidade contratual específica à contratada, a qual demandará a abertura de processo administrativo sancionatório.

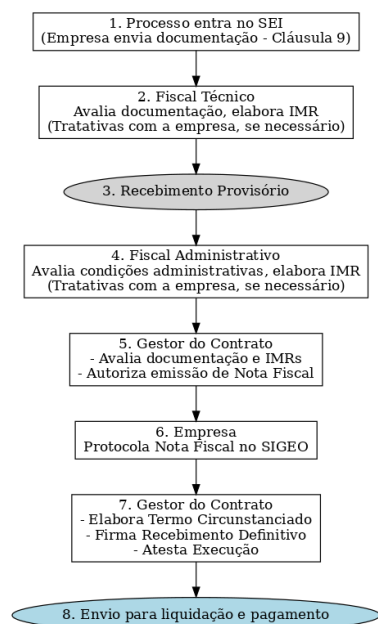
8.1.16 A ocorrência de caso fortuito ou força maior, que implique na redução da qualidade do serviço entregue, pode até afastar a aplicação de sanção, mas não autoriza o pagamento integral de valores, sem a devida prestação de serviços.

8.1.17 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços

8.2 - Etapas de serviço e atividades:

ETAPA DE SERVIÇO/ ATIVIDADE	Prazo	Obrigações
Indicar preposto.	Até 03 dias corridos contados da assinatura do contrato.	CONTRATADA
Reunião obrigatória de alinhamento: Na reunião a empresa deverá, dentre outros: 1) Apresentar a documentação e comprovações dos profissionais que prestarão os serviços, nos termos do ANEXO 1; Na referida reunião, o Gestor deverá, dentre outros: 1) Informar e orientar a empresa como peticionar no SEI e no SIGEO, inclusive a ordem dos documentos, que será de total responsabilidade da contratada durante a execução dos serviços. 2) Avaliar a documentação dos futuros prestadores de serviços, para verificar se cumprem os requisitos previstos no ANEXO 1.	Até 05 dias corridos contados da assinatura do contrato.	CJF e CONTRATADA
Início da Execução dos Serviços.	Até 10 dias corridos contados da assinatura do contrato.	CONTRATADA

Rotina de execução mensal (envio da documentação para fiscalização e para pagamento).	Até 10 dias corridos após o último dia do mês de apuração (referência)	CONTRATADA
<p>O recebimento provisório será firmado mensalmente, pelo Fiscal Técnico do Contrato, com o envio, via SEI, pela contratada, da relação de empregados, do relatório de substituições e férias, de toda a documentação indicada no item 10.4, para fins de preenchimento de IMR.</p> <p>Após o recebimento provisório, os autos são encaminhados ao Fiscal Administrativo, para avaliações de sua competência e preenchimento de IMR próprio, contido no ANEXO II.</p> <p>Logo após, os autos serão remetidos ao Gestor do Contrato.</p>	<p>Até 02 dias úteis do envio do peticionamento dos documentos pela empresa.</p> <p>Até 03 dias úteis do envio pelo Fiscal Técnico.</p>	CJF (Fiscal técnico e Fiscal administrativo)
Gestor do contrato avalia e autoriza a emissão de Nota Fiscal no SIGEO, com ou sem glosas, se for o caso.	Até 05 dias úteis contados do comunicado dos fiscal administrativo.	CJF (Gestor do Contrato)
Emissão e peticionamento da Nota Fiscal no SIGEO	Até 05 dias úteis contados da autorização do Gestor.	CONTRATADA
O recebimento definitivo , pelo Gestor , será firmado juntamente o termo circunstanciado e com o Atesto da Nota Fiscal.	Até 05 dias úteis contados do peticionamento da NF no SIGEO pela contratada	CJF



8.3 - Forma de comunicação entre o CJF e a contratada:

8.3.1 Quando da formalização do ajuste, as comunicações oficiais, entre a empresa o CJF, serão realizadas via SEI ou, no caso de dúvidas não decisória, pelo e-mail institucional, sendo: ascom@cjf.jus.br, salvo questões relacionadas ao pagamento, considerando que a empresa necessitará incluir a nota fiscal via SIGEO, conforme ANEXO IV deste termo.

8.4 - Das obrigações contratuais das partes:

8.4.1 Responsabilidades do CJF e ENFAM:

- a) proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;
- b) acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, com vistas ao seu adequado desempenho, anotando as falhas detectadas e comunicando à futura contratada sobre a ocorrência de quaisquer fatos que exijam a adoção de medidas corretivas;
- c) exigir da futura contratada, sempre que necessária, a apresentação de documentação comprobatória da manutenção das condições que ensejaram sua contratação;
- d) designar equipe de servidores para atuar como gestores/fiscais do contrato;
- e) atestar as notas fiscais e efetuar os pagamentos devidos, observadas as condições estabelecidas no contrato;
- f) comunicar formalmente à futura contratada, qualquer anormalidade ocorrida na execução dos serviços/no fornecimento;
- g) efetuar o pagamento à contratada de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos;
- h) dar suporte à utilização de seus sistemas internos, como SEI e SIGEO, no caso do CJF;
- i) suspender o pagamento da empresa, todas as vezes que detectar, no recebimento definitivo, o não pagamento de qualquer verba trabalhista ou previdenciária dos empregados, em atenção aos controles estabelecidos e previstos no mapa de riscos (id.0745949), devendo o Gestor anotar, todas as ocorrências, com amparo no art. 121, § 3º, inciso II da Lei n. 14.133/2021;
- j) solicitar ao ordenador de despesas, autorização para pagar diretamente os empregados, no caso de não pagamento por parte das empresas, verbas decorrentes do inadimplemento, com amparo no art. 121, § 3º, inciso IV da Lei n. 14.133/2021;
- k) realizar o processo de apuração de penalidade, dentro de suas competências, nos termos da Portaria CJF n. 230/2023, bem como de acordo com as regras da ENFAM;

l) comunicar, em caso de recorrência no atraso de pagamento de qualquer verba ou direito dos empregados ao Sindicato Laboral da Categoria Profissional, respectiva.

m) É dever do Conselho da Justiça Federal assegurar que, no âmbito das relações decorrentes deste contrato, sejam adotadas todas as medidas necessárias para prevenir e combater o assédio moral, sexual e qualquer forma de discriminação, alinhando-se às diretrizes estabelecidas pelas Resoluções CNJ nº 351/2020 e CNJ nº 518/2023.

8.4.2 Responsabilidades da empresa a ser contratada:

a) atender os prazos e condições fixadas neste termo;

b) responsabilizar-se pelos prejuízos causados ao CJF e à ENFAM em virtude do descumprimento das condições fixadas;

c) não transferir para outra empresa, no todo ou em parte, a execução do objeto;

d) destacar, para a perfeita prestação dos serviços, somente profissionais capacitados, qualificados e habilitados;

e) responsabilizar-se pelos encargos fiscais, comerciais, previdenciários e pelas obrigações sociais, todos previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CJF e com a ENFAM, bem como arcar com todas as despesas para visitas técnicas que forem necessárias;

f) comunicar, formalmente, o gestor do contrato, eventual atraso ou paralisação na execução do objeto, apresentando razões justificadoras, que serão objeto de apreciação pelo CJF ou da ENFAM;

g) indicar formalmente preposto, conforme cronograma do subitem 8.2, que não poderá ser um dos prestadores de serviços precificados na planilha de custos, nos termos do Acórdão 2743/2015 – TCU – Plenário, item 9.2.5.

h) manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante a execução do objeto do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas;

i) dar ciência aos seus empregados acerca da obediência ao Código de Conduta do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, nos termos da Resolução n. 147 de 15 de abril de 2011 (<http://www.cjf.jus.br/cjf/conheca-o-cjf/codigo-de-conduta>).

j) apresentar os documentos fiscais de cobrança em conformidade com o estabelecido no contrato, cadastrando a nota fiscal no SIGEO, conforme manual anexo ao termo de referência.

k) demonstrar, em atenção ao art. 92, XVII, da Lei 14.133/21, que cumpre as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em normas específicas para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

l) assinar o termo de autorização de pagamento direto, aos empregados, no dia da reunião de alinhamento, contemplando, inclusive, número de contas alternativas à conta depósito salário, para que o CJF ou ENFAM possam, de acordo com o controle, executar a obrigação, caso a empresa não realize os pagamentos dos empregados.

m) notificar ao gestor do contrato sobre os profissionais que apresentem febre, sintomas respiratórios (tosse seca, dor de garganta, mialgia, cefaleia, prostração, dificuldade para respirar e batimento das asas nasais) e epidemiologia positiva ou que passem a ser considerados um caso suspeito de COVID-19;

n) manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse do órgão ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da contratação, devendo orientar seus profissionais nesse sentido, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, conforme o caso.

o) manter sede, filial ou escritório em Brasília - DF com capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Administração, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários;

o.1) a empresa deverá comprovar o cumprimento dessa obrigação no prazo de **90 (noventa) dias** corridos após a assinatura do Contrato. Tal obrigação justifica-se pela necessidade de garantir a agilidade nos procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários, considerando a essencialidade do serviço objetivado e o princípio da continuidade dos serviços públicos. Nessa esteira, cita-se o Informativo de Licitações e Contratos do TCU n. 414, de 2022.

p) promover a capacitação dos profissionais alocados no contrato, no prazo de 03 meses, sobre práticas de sustentabilidade voltadas à redução de consumo de energia, água e resíduos, salvo se comprovar que os empregados foram atualizados (capacitados) no tema, nos últimos 06 meses;

p.1) encaminhar comprovação da ação educacional prevista no inciso anterior, seja por certificado ou outro meio idôneo;

p.2) conhecer, e dar conhecimento aos empregados, o Plano de Logística Sustentável do órgão, para promover maior alinhamento das práticas sustentáveis do órgão.

p.3) fomentar, internamente, ações de equidade e integridade.

q) orientar seus empregados a:

q.1) conduzir-se com urbanidade e educação, tratando a todos com respeito, procurando atender ao público e servidores do CONTRATANTE com atenção e presteza;

q.2) ser pontual e apresentar-se devidamente identificado por crachá e aseado;

q.3) cumprir as normas de segurança para acesso às dependências do local de trabalho;

q.4) comunicar ao gestor do contrato qualquer irregularidade verificada ou qualquer informação considerada importante;

q.5) observar normas de comportamento profissional;

q.6) entrar em áreas reservadas somente em caso de emergência ou quando devidamente autorizado, hipótese que deverá ser conduzido por servidor;

q.7) guardar sigilo de assuntos dos quais venha a ter conhecimento em virtude do serviço;

q.8) não interferir em assuntos para os quais não seja convocado;

q.9) buscar orientação com seu superior, em caso de dificuldades no desempenho das atividades, repassando-lhe o problema;

q.10) conhecer as tarefas a serem executadas, assim como a perfeita utilização dos equipamentos colocados à sua disposição para o serviço;

q.11) realizar os serviços com todos os acessórios necessários para o bom desempenho do trabalho;

q.12) anotar todas as providências ao seu alcance para sanar irregularidades ou agir em casos emergenciais;

q.13) ocorrendo desaparecimento de equipamento/máquina, material, insumo ou ferramenta, comunicar o fato imediatamente à chefia e/ou superior hierárquico, lavrando posteriormente a ocorrência por escrito;

q.14) Adotar os cuidados e precauções indispensáveis ao manuseio dos equipamentos colocados a sua disposição.

r) responsabilizar-se por:

r.1) emitir Comunicado de Acidente de Trabalho - CAT, em formulário próprio do INSS, em caso de eventual ocorrência de acidente com seus empregados nas dependências do local de trabalho.

r.2) tomar medidas necessárias ao atendimento médico de seus empregados em caso de acidente de trabalho, ocorrido nas dependências do órgão, mesmo em trabalho externo, por meio da comunicação do(s) seu(s) encarregado(s) com o preposto, que adotará as medidas com a urgência que o caso requer, em nome da empresa.

r.3) encaminhar, a cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprove a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados em regime de dedicação exclusiva na prestação dos serviços contratados.

s) fornecer e instalar PONTO ELETRÔNICO para controle de frequência de todos os colaboradores vinculados ao Conselho da Justiça Federal;

t) assegurar que, no âmbito das relações decorrentes deste contrato, sejam adotadas todas as medidas necessárias para prevenir e combater o assédio moral, sexual e qualquer forma de discriminação, alinhando-se às diretrizes estabelecidas pelas Resoluções CNJ nº 351/2020 e CNJ nº 518/2023.

u) A CONTRATADA deverá remunerar o profissional substituto com o salário devido ao profissional substituído, recolher os encargos correspondentes e previstos contratualmente e apresentar ao CONTRATANTE os comprovantes destes pagamentos/recolhimentos, no mês subsequente ao da substituição;

v) Os profissionais substitutos deverão ser empregados da CONTRATADA, regidos por relação jurídica instrumentalizada em contrato de trabalho, com registro em carteira ou instrumento equivalente admissível, de acordo com a legislação;

x) Arcar com todo e qualquer custo de treinamento necessário para a correta prestação do serviço;

z) Fornecer, independente das obrigações constantes da cláusula de pagamento, sempre que solicitados pelo CONTRATANTE, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias e trabalhistas dos empregados colocados à disposição do CONTRATANTE;

a.a) Apresentar, sempre que solicitado, extrato de FGTS e de INSS (CNIS) dos empregados de forma individualizada;

a.b) A CONTRATADA não poderá alocar nos postos de trabalho, ou na função de preposto, cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de chefia, direção e assessoramento ou de membros e servidores vinculados ao CONTRATANTE;

a.c) Pagar os empregados em conformidade com as condições e prazos descritos em convenção coletiva da categoria;

a.d) É dever da CONTRATADA fazer o pagamento do salário e benefícios a seus colaboradores conforme determina a CLT e de acordo com os reajustes previstos na convenção coletiva, independente da solicitação de repactuação junto ao CONTRATANTE, cujo repasse deve ser feito no mês subsequente à assinatura da Convenção e de acordo com os percentuais;

a.e) É dever da Contratada assegurar que, no âmbito das relações decorrentes deste contrato, sejam adotadas todas as medidas necessárias para prevenir e combater o assédio moral, sexual e qualquer forma de discriminação, alinhando-se às diretrizes estabelecidas pelas Resoluções CNJ nº 351/2020 e CNJ nº 518/2023;

a.f) É dever da Contratada realizar a remessa mensal dos dados de seus empregados e empregadas que prestarão serviços ao Conselho, conforme Resolução CNJ n. 587/2024."

8.5 - Justificativa da possibilidade ou não de subcontratação de partes do objeto, se for o caso, com expressa designação das partes específicas do objeto passíveis de subcontratação e dos respectivos limites:

8.5.1 A subcontratação apenas se mostra cabível quando o objeto a ser licitado comporta execução complexa, de modo que alguma fase/ etapa/ aspecto requeira a participação de terceiros em razão dos princípios da especialização e da concentração das atividades.

8.5.2 A figura da subcontratação pressupõe que o contratante transfira a responsabilidade por parte da execução a um terceiro, o que não ocorre se demandando direto o executor dos serviços.

8.5.3 Das contratações públicas avaliadas durante a elaboração deste Termo, foi possível observar que outros órgãos, igualmente, não consideram subcontratação.

9. Modelo de gestão do contrato, nos termos do art. 6º, inciso XXIII, alíneas "f", da Lei 14.133/2021 e do art. 12, inc. IX, da Portaria CJF n. 232/2023

9.1.1 Após a assinatura do contrato, serão designados formalmente, nos termos do art. 117 da Lei 14.133/2021, equipe de servidores com autoridade para exercer, como representantes dos órgãos, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização dos serviços contratados.

Da Fiscalização Técnica:

9.2 Em razão das características da contratação, poderá ser indicado um fiscal técnico para grupo profissional: 1 - Jornalista/ 1 - Radialistas/ 1 - Publicitários, com as seguintes atribuições gerais:

9.2.1 O fiscal técnico acompanhará as atividades ordinárias, assegurando que todas as condições estabelecidas sejam cumpridas, de modo a garantir os melhores resultados para a Administração.

9.2.2 O fiscal técnico anotará, por meio do preenchimento do IMR, todas as ocorrências relacionadas à execução, com a devida descrição do que for necessário à regularização de faltas ou defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, § 1º).

9.2.3 O fiscal técnico poderá realizar a avaliação de forma diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para aferir o desempenho e a qualidade da prestação dos serviços, antes do pagamento regular.

9.2.4 A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem prejuízo da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar o Gestor, a fim de que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei n. 14.133/2021 (IN 05/17 - art. 62).

9.2.5 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, por meio do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), se for o caso, realizar a análise do desempenho da prestação dos serviços em consonância com os indicadores previstos no ANEXO II, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada. Não obstante, cabe ao fiscal técnico avaliar se a empresa encaminhou todos os documentos indicados no item 10.4 deste termo, na ordem e no prazo indicado no contrato, não passando ao fiscal administrativo ou ao Gestor sem o saneamento e o preenchimento do IMR;

9.2.6 Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção, dialogando diretamente com a empresa;

9.2.7 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua

competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

Da Fiscalização Administrativa:

9.3 O contratante indicará seus respectivos fiscais administrativos que apoiarão, como regra geral, a análise dos documentos administrativos (certidões de regularidade) e planilhas encaminhadas pela empresa (de pagamento mensal, de conta vinculada e de reajuste), antes da emissão da nota fiscal, quando for o caso, bem como procederá a avaliação do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), constante do ANEXO II, para fins de aferição da conformidade da execução contratual, bem como:

9.3.1 Verificará a manutenção das condições de habilitação da empresa, acompanhará as garantias, as glosas de responsabilidade do seu IMR, bem como os documentos para a formalização de apostilamentos e termos aditivos, podendo solicitar, sempre que necessário, quaisquer documentos comprobatórios pertinentes.

9.3.2 Em caso de descumprimento das obrigações de documentos administrativos, o fiscal atuará tempestivamente na busca de solução, reportando-se ao gestor do contrato para adoção das providências cabíveis, quando a questão ultrapassar a sua competência.

9.3.3 A cada período de 12 meses de vigência do contrato administrativo, o fiscal solicitará que a empresa encaminhe termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprove a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados em regime de dedicação exclusiva na prestação dos serviços contratados.

9.3.4 Para fins de comprovação da adoção das providências referidas no item anterior, será aceito qualquer meio de prova, tais como recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, entre outros.

9.3.5 Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

9.3.6 O fiscal poderá propor ao gestor a dilação de prazo para que a empresa regularize suas obrigações trabalhistas, sob pena de retenção de pagamento, ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, desde que não identificada má-fé ou incapacidade da empresa em proceder à correção, observando o devido processo legal.

9.3.7 O sindicato representante da categoria profissional deverá ser notificado, pelo fiscal administrativo, para acompanhar o pagamento de verbas não pagas, caso haja descumprimentos por 03 meses consecutivos ou 05 intercalados, no ano.

Da Gestão Contratual:

9.4 O órgão indicará seus respectivos Gestores de contrato, com as seguintes atribuições gerais:

9.4.1 Compete ao gestor do contrato firmar o recebimento definitivo e atestar a fatura, avaliando, inclusive, os trabalhos realizados pelos fiscais técnico e administrativo, como mecanismo de controle interno, bem como verificar todos os demais aspectos inerentes à contratação, de modo a assegurar a plena execução do objeto contratual.

9.4.2 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato, contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da Administração, bem como será responsável pela gestão e atualização dos riscos indicado no mapa do planejamento da contratação.

9.4.3 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais, em especial as ocorrências relacionadas à execução e das medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior, aquelas que ultrapassarem a sua competência.

9.4.4 O gestor do contrato acompanhará empenho de despesa e pagamento, anotando os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

9.4.5 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, se houver, quanto ao cumprimento das obrigações assumidas pela empresa, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e às eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do termo circunstanciado tais informações.

9.4.6 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso, podendo a indicação partir dos fiscais técnico e administrativo, mas com a condução e abertura do processo é responsabilidade do Gestor.

9.4.7 O gestor, após autorizar a emissão da nota e realizar suas atribuições, deverá enviar a documentação pertinente ao setor de execução financeira para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, conferindo os valores apresentados pela empresa, sem prejuízos das atribuições afetas à liquidação de despesas previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal,

9.4.8 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

9.4.9 O gestor do contrato deverá acompanhar e manifestar-se, formalmente, quando do pedido de trabalho externo, em especial fora de Brasília, que demande diárias e passagens, acompanhando os pagamentos e realizando as tratativas necessárias junto à contratada.

9.5 Critérios e procedimentos relativos ao acompanhamento do objeto:

9.5.1 Os órgãos deverão observar, no que couber, e até que seja elaborado manual próprio do CJF, o Manual de Gestão e Fiscalização do STJ e ainda:

9.5.2 No caso de não apresentação da documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS, a Administração comunicará o fato à empresa e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja devidamente regularizada, nos termos do art. 121 da Lei n. 14.133/21, sem prejuízo das glosas do IMR administrativo e das sanções (penalidades) cabíveis.

9.5.3 Não havendo quitação das obrigações por parte da empresa no prazo de 15 (quinze) dias, a Administração poderá efetuar diretamente o pagamento das obrigações aos empregados da empresa que tenham participado da execução dos serviços contratados, nos termos do art. 121 da Lei n. 14.133/21, desde que obtenha contas que não sejam salário (conta-depósito salário), sem prejuízo das glosas do IMR administrativo e das sanções (penalidades) cabíveis.

9.5.4 Os pagamentos efetuados diretamente aos empregados da empresa não configuram vínculo empregatício nem implicam assunção de responsabilidade pela Administração em relação a quaisquer outras obrigações trabalhistas decorrentes, bem como o pagamento de diárias e passagens, conforme consulta realizada ao Jurídico do Sindicato Laboral dos Jornalistas do DF.

9.5.5 O contrato somente será considerado integralmente cumprido, no mês de referência, após a comprovação, pela empresa, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias e relativas ao FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias, quando for o caso.

9.5.6 A fiscalização administrativa observará, ainda, as demais diretrizes e competências previstas na legislação vigente.

10.1 Para definição dos critérios e formas de pagamento, consigna-se que o **regime de execução dos serviços** será empreitada por preço unitário (rubrica), nos termos do inciso XXVIII do art. 6º c/c inc. I do art. 46 e inc. I do art. 92 da Lei n. 14.133/2021.

10.1.1 O pagamento será efetuado, **mensalmente**, após o recebimento definitivo, por ordem bancária, mediante a apresentação de nota fiscal eletrônica.

10.1.1.1 As notas fiscais deverão ser emitidas com número do CNPJ qualificado no preâmbulo e encaminhadas ao gestor do contrato via SIGEO, conforme ANEXO IV.

10.1.1.2 No corpo da nota fiscal deverá ser especificado o objeto contratado, o período faturado no formato dia/mês/ano e os quantitativos dos itens, se for o caso.

10.2 O atesto do gestor do contrato ocorrerá em até **05 dias úteis**, contado do envio da nota fiscal, que será encaminhada à área financeira para:

a) liquidação da despesa, a contar do recebimento da fatura, no prazo de:

a.1) 10 (dez) dias úteis, considerando que o valor ultrapassará o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei n. 14.133/2022,

b) pagamento, a contar da liquidação da despesa, no prazo de:

b.1) 10 (dez) dias úteis, considerando que o valor ultrapassará o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei n. 14.133/2022,

10.2.1 O prazo para liquidação de despesa poderá ser excepcionalmente prorrogado, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

10.2.2 O prazo para a solução, pela contratada, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado.

10.3 Na hipótese de caso fortuito ou força maior que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo para o pagamento será suspenso até a sua regularização, devendo ser mantida a posição da ordem cronológica que a despesa originalmente estava inscrita.

10.4 A contratada deverá apresentar, **previamente ao envio da nota fiscal**, nos termos do item 8.2, como condição de recebimento provisório mensal, a seguinte documentação:

a) Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, comprovando regularidade com o FGTS;

b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;

c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho;

d) Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada.

f) folha/espelho de pagamento do mês atual e comprovante de depósito em conta corrente ou conta salário do empregado do mês anterior à prestação dos serviços, haja vista a data de apresentação da nota fiscal;

g) registros de ponto do empregado;

h) comprovante de pagamento de auxílio alimentação;

i) comprovante de pagamento de vale transporte;

j) comprovante do pagamento dos outros benefícios estipulados na convenção coletiva de trabalho;

k) protocolo de envio de arquivos emitido pela Conectividade Social quando couber e observados os condicionantes dispostos na Resolução nº 926, de 28 de maio de 2019 e na Portaria MTE n. 240/2024;

l) relação dos trabalhadores constantes do Arquivo SEFIP - GFIP quando couber e observados os condicionantes da Resolução nº 926, de 28 de maio de 2019;

m) Guia da Previdência Social (GPS), individualizada pelo tomador dos serviços, com autenticação mecânica acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o DARF quando a empresa for beneficiária da desoneração da folha de pagamento de que trata a Lei n. 12.546/2011, referente ao mês anterior à prestação dos serviços a que se refere a nota fiscal;

n) Guia de Recolhimento do FGTS com a autenticação mecânica do comprovante de recolhimento bancário, em relação ao mês anterior à prestação dos serviços a que se refere a nota fiscal, bem como o *resumo e detalhamento do FGTS Digital nos termos da Portaria MTE n. 240/2024*;

o) extrato do CNIS (INSS) e FGTS analítico, quando solicitado pelo Contratante;

p) Documentos admissionais e demissionais, quando houver;

q) Planilha de Retenção de encargos trabalhistas – RETEF;

r) relatório da declaração completa da DCTFWeb e o recibo de entrega da declaração de débitos e créditos tributários federais previdenciários – DCTFWeb

s) planilha de custos de faturamento mensal ou de reajuste e repactuação, quando for o caso.

t) Relação dos empregados que prestaram serviço no mês correspondente, contendo: CPF, nome completo, naturalidade, data de nascimento, e-mail, sexo, identidade de gênero (se houver), raça/cor, cargo, área de atuação, data de início da prestação de serviço, situação do profissional, data do início da situação, data de saída, conforme modelo de planilha que será disponibilizado pela gestão do contrato à empresa vencedora do certame.

10.5 Dos valores a serem pagos à CONTRATADA, serão abatidos, na fonte, os tributos federais, estaduais e municipais, na forma da lei.

10.5.1 Caso a CONTRATADA goze de algum benefício fiscal, deverá, juntamente com a nota fiscal, encaminhar documentação hábil, ou, no caso de optante pelo Simples Nacional - Lei Complementar n. 123/2006, declaração nos termos do modelo constante de instrução normativa da Secretaria da Receita Federal.

10.5.2 Independentemente de comprovação, o CONTRATANTE, nos termos da Lei n. 8.212/1991, reterá a alíquota de 11% (onze por cento), a título de contribuição previdenciária.

10.5.3 Poderá o CONTRATANTE, após efetuar a análise das notas fiscais e documentos prévios, realizar glosas dos valores contratados.

10.5.4 A CONTRATADA poderá apresentar impugnação à glosa, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data do recebimento da notificação.

10.5.5 Caso a CONTRATADA não apresente a impugnação, ou caso o CONTRATANTE não acolha as razões da impugnação, o valor será deduzido da respectiva nota fiscal.

10.6 Para os postos de trabalho com cobertura parcial, ou quando não for solicitado substituto para ausências diárias, o pagamento será efetuado com base na metodologia *pro rata*, conforme a seguir:

- a) considera-se, para apuração do valor diário trabalhado, a quantidade exata de dias do mês (se 31 ou 30);
- b) a quantidade de dias trabalhados corresponde aos dias de efetiva prestação, contados do primeiro ao último dia de cada mês;
- c) a fim de evitar distorções no pagamento do contrato ao longo de toda a vigência, para efeito do cálculo, o mês de fevereiro deverá ser contado com 28 (vinte e oito) dias, mesmo em anos bissextos; d) a memória de cálculo para o pagamento pro rata é a seguinte:

VP = DT/DM Onde: VP = Valor pro rata posto

DT = Dias de efetiva prestação dos serviços dentro do mês;

DM = Número total de dias do mês (28, 30 ou 31)

d) considerando que o regime de execução é preço unitário, quando não houver substituto, será descontado os benefícios condição (vale alimentação e transporte), bem como a rubrica específica do submódulo 4.1 em razão do respectivo afastamento.

10.7 O prazo de pagamento será interrompido nos casos em que haja necessidade de regularização do documento fiscal, o que será devidamente apontado pelo Contratante.

10.7.1 A contagem do prazo previsto para pagamento será iniciada a partir da respectiva regularização.

10.8 No caso de eventual atraso no pagamento e, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, haverá incidência de atualização monetária, sobre o valor devido, pro rata temporis, ocorrida entre a data limite estipulada para pagamento e a da efetiva realização. Para esse fim, será utilizada a variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

10.8.1 O mesmo critério de correção será adotado em relação à devolução dos valores recebidos indevidamente pela CONTRATADA, bem como em decorrência de atrasos no recolhimento de multas eventualmente aplicadas."

Da conta vinculada:

10.9 Considerando a Análise de Riscos realizada junto ao documento (id. 0745949), dentre outras alternativas de mitigação de riscos, será realizado o **contingenciamento de algumas verbas trabalhistas**, no momento do pagamento, com as seguintes regras:

10.9.1 Os encargos sociais e/ou trabalhistas serão contingenciados pelos percentuais indicados na norma interna do CJF, incidentes sobre a remuneração mensal dos profissionais alocados nas dependências do contratante para execução do contrato.

10.9.1.2 Os percentuais para contingenciamento de encargos trabalhistas a serem aplicados sobre o faturamento mensal, são os constantes da planilha id. 0777383, aba 'contingenciamento de verbas trabalhistas'.

10.9.2 As parcelas correspondentes a férias e 13º salário serão liberadas ao longo da execução do contrato na medida em que os eventos ocorrerem.

10.9.3 A contratada deverá providenciar os documentos relativos à abertura e movimentação da conta vinculada em até 30 (trinta) dias, a contar da notificação do órgão.

10.9.4 Eventuais despesas com abertura e manutenção da conta vinculada deverão ser suportadas pela contratada e integrarão os custos com taxa de administração, constante da proposta comercial da contratada.

10.9.5 Sempre que necessário, o gestor ou fiscal administrativo do contrato poderão requerer à contratada a apresentação dos documentos comprobatórios da remuneração dos profissionais alocados na execução deste contrato, bem como daqueles necessários à apuração do RAT ajustado.

10.9.6 Os valores das rubricas indicadas no item 10.8.1.2 desta cláusula, serão destacados do valor mensal do contrato e depositado em conta - depósito vinculada - bloqueada para movimentação, aberta em nome da contratada, em banco público oficial, e deixarão de compor o valor mensal a ser pago à contratada.

10.9.7 Os valores provisionados serão obtidos pela aplicação de percentuais e valores constantes da proposta comercial da contratada.

10.9.8 Os valores provisionados só poderão ser movimentados mediante autorização do contratante e exclusivamente para o pagamento das rubricas vinculadas.

10.9.9 A liberação deverá obedecer ao disposto na Resolução CNJ n. 651/2025, no que se refere aos procedimentos e documentos necessários à autorização de liberação.

10.9.10 Os saldos da conta vinculada serão remunerados pelo índice da poupança ou outro definido no Acordo de Cooperação Técnica, sempre escolhido o de maior rentabilidade.

10.9.11 O saldo remanescente da conta vinculada será liberado à contratada no encerramento do contrato, após a quitação de todas as verbas trabalhistas dos empregados.

10.9.12 A fim de cumprir o disposto no artigo 147 do Decreto-lei n. 5.452/1943 – Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (férias proporcionais), bem como o disposto no parágrafo único do art. 1º do Decreto n. 57.155/1965 (13º proporcional), o contratante deverá reter integralmente a parcela relativa a estes encargos quando a prestação de serviços for igual ou superior a 15 (quinze) dias.

10.9.13 Deverão ser precedidos, para o início das atividades de prestação de serviços, os seguintes atos:

a) solicitação do contratante ao Banco, mediante ofício, de abertura de conta depósito vinculada, no nome da empresa, conforme modelo constante no termo de cooperação, devendo o banco público oficial ao contratante sobre a abertura da referida conta, na forma do modelo consignado no supracitado termo de cooperação;

b) assinatura, pela contratada, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação do órgão, dos documentos de abertura da conta movimentação e de termo específico de banco público oficial que permita ao contratante ter acesso aos saldos e extratos, e vincule a movimentação dos valores depositados à autorização do contratante, conforme modelo indicado no termo de cooperação.

10.9.14. Considerando que a Resolução CNJ é recente, para dirimir quaisquer dúvidas das empresas licitantes, a norma ingressa como ANEXO VII deste termo.

11. Sanções administrativas no caso de descumprimento contratual, observando os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, nos termos do art. 12, inc. XI, da Portaria CJF n. 232/2023.

11.1 Em caso de descumprimento às regras previstas neste Termo de Referência e observado o regular processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos da lei, poderão ser aplicadas à contratada as seguintes penalidades:

a) **advertência**, aplicada em caso de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

b) **multa moratória**, no atraso injustificado nas **obrigações acessórias**, conforme abaixo, no percentual de 0,2 %, sobre o valor **mensal** do contrato, por dia de atraso, até o limite de 30 dias.

b.1) São obrigações acessórias: atraso na entrega de documentação prevista neste termo ou solicitada pelo gestor, atraso na indicação de preposto, atraso no comparecimento para reunião inaugural, atraso na apresentação da documentação dos empregados, dentre outras não previstas de forma expressa nas alíneas *c e d*.

b.2) Após o prazo limite, o órgão deliberará sobre a continuidade ou não da contratação, podendo, inclusive extinguir o contrato, devendo ser considerada **inexecução parcial**, desde que a assinatura tenha sido, de fato, registrada.

b.b) multa moratória, no atraso injustificado no início da execução dos serviços, conforme abaixo, no percentual de 2,5 %, sobre o valor **mensal** do contrato, por dia de atraso, até o limite de 10 dias.

b.b.1) Ultrapassado o limite, será considerada **inexecução total**, caso a empresa não inicie, no prazo indicado no subitem 8.1 a execução dos serviços, mesmo tendo participado da reunião inaugural e tendo apresentado documentação dos empregados. Caso decida pela continuidade, o órgão firmará decisão indicando prazo para conclusão para o cumprimento.

c) multa moratória, no atraso injustificado das **obrigações acessórias de cunho trabalhista e previdenciário, bem como os benefícios de vale alimentação e vale transporte**, no percentual de 0,4%, sobre o valor mensal do contrato, por dia de atraso, limitado a 30 dias de atraso, quando ultrapassados os limites do IMR.

c.1) Após o prazo limite, o órgão deliberará sobre a continuidade ou não da contratação, podendo, inclusive extinguir o contrato, devendo ser considerada **inexecução parcial** do ajuste. Caso decida pela continuidade, firmará decisão indicando prazo para conclusão para o cumprimento.

d) multa moratória, no atraso injustificado em razão da **não manutenção do posto coberto**, no percentual de 1,0% sobre o valor mensal do contrato, por dia de atraso, limitado a 5 dias, quando ultrapassados os limites do IMR.

d.1) Após o prazo limite, o órgão deliberará sobre a continuidade ou não da contratação, podendo, inclusive extinguir o contrato, devendo ser considerada **inexecução parcial** do ajuste. Caso decida pela continuidade, firmará decisão indicando prazo para conclusão para o cumprimento.

e) multa compensatória, respeitado o limite mínimo de 0,5% do valor total do contrato, conforme previsto no art. 156, § 3º, da Lei 14.133/2021, de:

e.1) 3% sobre o valor anual ainda não executado do contrato, para inexecução parcial;

e.2) 20% sobre o valor anual do contrato, para inexecução total.

f) impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, aplicada em razão das seguintes ocorrências:

f.1) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado:

Pena: impedimento do direito de licitar e contratar com a União pelo período de 04 (quatro) meses;

f.2) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo:

Pena: impedimento do direito de licitar e contratar com a União pelo período de 12 (doze) meses;

f.3) dar causa à inexecução total do contrato:

Pena: impedimento do direito de licitar e contratar com a União pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.

g) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada em razão das seguintes ocorrências:

g.1) apresentar declaração ou documentação falsa exigida durante a execução do contrato:

Pena: declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 36 (trinta e seis) meses;

g.2) praticar ato fraudulento na execução do contrato:

Pena: declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 36 (trinta e seis) meses;

g.3) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza:

Pena: declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 60 (sessenta) meses;

g.4) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013:

Pena: declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 60 (sessenta) meses.

11.1.1 A não apresentação da garantia contratual no prazo previsto em contrato sujeitará a CONTRATADA a multa diária de 1% sobre o valor da garantia, até o limite de 30 dias corridos.

11.1.2 A não manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA ao longo da execução do contrato poderá ensejar a rescisão unilateral do contrato pelo Conselho da Justiça Federal após regular procedimento administrativo, resguardado à CONTRATADA o direito ao contraditório e à ampla defesa, e ainda a aplicação de multa de 10% sobre o valor ainda não executado do contrato.

11.1.3 O descumprimento dos prazos previstos para abertura da conta vinculada sujeitará a CONTRATADA a multa diária de 0,5% sobre o valor mensal do contrato, até o limite de 30 dias corridos.

11.2 As sanções de advertência, de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente a sanção de multa.

11.3 A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CJF ou ENFAM.

11.4 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.4.1 O valor referente à multa poderá, antes dos procedimentos descritos no item acima, ser recolhido ao Tesouro por meio Guia de Recolhimento da União – GRU, nos termos do §8º do art. 156 da Lei n. 14.133/2021.

11.4.2 O atraso no recolhimento de multas será corrigido monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo/IPCA-e, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE.

11.5 É admitida a reabilitação da contratada perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, observados os requisitos constantes no artigo 163 da Lei 14.133/2021, em especial:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) pagamento da multa;

c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos no art. 163 da Lei 14.133/2021.

11.6 A sanção por prestar declaração falsa durante a execução do contrato e a sanção por praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, exigirá como condição de reabilitação da contratada, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

11.7 As penalidades aplicadas serão cadastradas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da aplicação, na Transparência do CJF (<https://www.cjf.jus.br/cjf/transparencia-publica-1>), no SICAF Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal e CADIN, nos termos da Lei Federal nº 10.522/2002, alterada pela Lei n. 14.973/2024;

11.8 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

11.8.1 Os efeitos da desconsideração da personalidade jurídica alcançam não apenas os sócios de direito, mas também os sócios ocultos que exerçam de fato a gerência da pessoa jurídica" (TCU, Acórdão 229/2023 - Plenário).

11.9 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas neste contrato será realizada mediante instauração de procedimento administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, cujos prazos para realização dos atos serão os previstos nos arts. 157, 158 e 159 da Lei 14.133/2021.

11.10 Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para o CJF, a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.11 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/2021.

11.12 A aplicação da multa não obsta a apuração e cobrança de eventuais perdas e danos decorrentes do descumprimento do contrato.

11.13 As penalidades de multa moratória e multa compensatória não serão cumuladas.

12. Informação técnica sobre a necessidade de exigência de garantia contratual, nos termos do art. 12, inc. XII, da Portaria CJF n. 232/2023.

12.1 Será exigida garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, em até 20 (vinte) dias úteis contados da data do recebimento do instrumento contratual assinado pelo CJF, nas modalidades de garantia previstas nos incisos I, III e IV do art. 96, § 1º, da Lei n. 14.133/2021, em atenção à análise de riscos do documento (id. 0745949).

12.2 Caso a empresa faça opção pela modalidade de seguro-garantia, deverá apresentar a cautela no prazo de até 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação, nos termos do § 3º do art. 96 da Lei 14.133/2021, que deverá possuir validade durante todo o prazo de vigência contratual, acrescida de mais 3 (três) meses, e permanecerá em vigor mesmo que a contratada não pague o prêmio nas datas convencionadas.

12.2.1 Nessa hipótese, a apólice deverá ser expedida exclusivamente por qualquer das entidades controladas e fiscalizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Deverá ser apresentado o número de registro da apólice ou endosso na SUSEP, quando for o caso.

12.2.2 A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

12.2.3 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto art. 96, § 2º, da Lei 14.133/2021.

12.2.4 Considerando que a empresa deve apresentar o seguro-garantia, antes da assinatura do instrumento contratual, entende-se que tal controle deve ser realizado no momento da convocação para assinatura do ajuste, devendo, o setor responsável, verificar o cumprimento, com a oitiva da unidade demandante, antes de disponibilizar para assinar.

12.3 Caso utilizada outra modalidade de garantia, somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, restituída mediante prova da contratada.

12.4 Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, a contratada ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

12.5 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

b) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA;

c) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

d) nos termos do § 3º do art. 8º da Resolução CNJ n. 651/2025, a garantia deverá conter cobertura adicional (específica) para verbas rescisórias inadimplidas, conforme disposto no §3º do inciso I do art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

12.6 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

12.7 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária, conforme disposto no Decreto-Lei 1.737, de 20 de dezembro de 1979.

12.8 Caso a CONTRATADA opte pela modalidade fiança bancária, o instrumento respectivo deverá ser expedido exclusivamente por qualquer das entidades controladas e fiscalizadas pelo Banco Central do Brasil. Além disso, a pessoa fiadora deverá ser domiciliada ou possuir agência no Distrito Federal e demonstrar possuir bens suficientes à garantia integral da fiança prestada, conforme art. 825 da Lei 10.406/2002. A carta de fiança deverá conter cláusula expressa de renúncia do fiador ao benefício de ordem previsto no artigo 827 da Lei n. 10.406/2002, conforme facultado pelo inciso I do artigo 828 do mesmo diploma legal, e ser registrada no Registro de Títulos e Documentos, conforme previsto nos artigos 128, 129 e 130 da Lei 6.015/73.

12.9 Aditado o contrato ou alterado o seu valor, fica a contratada obrigada a apresentar garantia complementar ou substituí-la, no mesmo percentual e modalidades constantes deste Termo de Referência, em até 20 (vinte) dias úteis, contados da assinatura do instrumento ou do início da nova vigência contratual. Nesses casos, a garantia será liberada após a apresentação da nova garantia e da assinatura do termo aditivo ao contrato.

12.10 A garantia apresentada em desacordo com os requisitos e coberturas previstos será devolvida à contratada, que disporá do prazo adicional improrrogável de 10 (dez) dias corridos para a regularização da pendência, sem prejuízo da aplicação da penalidade cabível.

12.11 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

12.12 O contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

12.13 Será considerada extinta a garantia com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato.

12.14 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

12.16 Para efeitos da execução da garantia, os inadimplementos contratuais deverão ser comunicados pelo contratante à contratada e/ou à instituição garantidora, no prazo máximo de 90 (noventa) dias após o término de vigência do contrato.

13. Critérios de Sustentabilidade, nos termos do art. 12, inc. XIII, da Portaria CJF n. 232/2023.

13.1 A empresa será responsabilizada por qualquer prejuízo que venha causar ao CJF em virtude de ter suas atividades suspensas, paralisadas ou proibidas por falta de cumprimento de normas ligadas ao produto objeto do presente Termo de Referência.

13.2 A empresa deverá cumprir, no que for possível, para a execução dos serviços em análise, as normas em vigor atinentes à sustentabilidade e à acessibilidade dispostas no art. 4º da Resolução CNJ n. 401, de 16 de junho de 2021 e no art. 3º, inciso III, alínea “b” da Resolução CJF n. 709, de 01 de junho de 2021, bem como as normas dispostas no Manual de Sustentabilidade de compras e contratos do Conselho da Justiça Federal, instituído pela Portaria CJF n. 96, de 10 de fevereiro de 2023, bem como as demais previstas neste Termo.

13.3 A empresa deverá cumprir todas as obrigações socioambientais previstas neste termo, em especial as constantes da cláusula oitava.

14. Adequação orçamentária, com indicação expressa de que a demanda está contida na previsão orçamentária do CJF para o respectivo exercício financeiro, nos termos do art. 12, inc. XIV, da Portaria CJF n. 232/2023.

14.1 Dos recursos orçamentários:

14.1.1 As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão à conta de dotação alocada no Elemento de Despesa - 33.90.37.01, o Programa de Trabalho Resumido - PTRES: 168358 - PIUP, da Unidade Orçamentária nº 090026 do Orçamento Geral da União.

15. ANEXOS:

15.1 São anexos:

ANEXO I - Das atribuições, perfiz e experiência profissional

ANEXO II - Do Instrumento de Medição de Resultados - IMR

ANEXO III - Da Cautela de Materiais, termo de retirada e termo de responsabilidade da empresa.

ANEXO IV - Manual do SIGEO.

ANEXO V - Do Formulário de Preços. ([arquivo em excel da Planilha de Custos do CJF](#))

ANEXO VI - Plano de Logística Sustentável do CJF e ENFAM - PLS (<https://www.cjf.jus.br/observatorio2/temas/sustentabilidade/sustentabilidade/conselho-da-justica-federal-1/plano-de-logistica-sustentavel-pls-2021-2026/pls-2025-2026>)


ANEXO VII - Resolução CNJ n. 651/2025 (<https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/6344>)


ANEXO VIII - Declaração de vistoria (id. 0796837)

ANEXO IX - Declaração de dispensa de vistoria (id. 0796837)

Processo nº0001585-33.2025.4.90.8000

SEI nº0847275

 Documento assinado eletronicamente por **Ana Cristina Machado da Rosa**, Assessor(a)-Chefe - Assessoria de Comunicação Social, em 31/03/2026, às 13:51, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).

 Documento assinado eletronicamente por **Paulo Rosemberg Prata da Fonseca**, Assessor(a)-Chefe - Assessoria de Comunicação Social, em exercício, em 31/03/2026, às 13:53, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.cjf.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0847275** e o código CRC **1ACFC467**.